



# OFICINA ORÇAMENTO E DIREITOS QUILOMBOLAS

JUVENTUDE  
REGIÃO NORTE

**BELÉM**  
**14 E 15 DE JULHO DE 2019**





## **ÍNDICE**

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A CONAQ</b> .....	<b>5</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO NACIONAL</b> .....	<b>7</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO POR ESTADO</b> .....	<b>16</b>
<b>EMENDAS</b> .....	<b>24</b>



## APRESENTAÇÃO

Esta apostila é um material de apoio para a Cartilha – Orçamento e Direitos, e visa subsidiar as oficinas de formação em Orçamento e Direitos de ativistas Quilombolas com dados atualizados sobre os orçamentos públicos, nacional e estaduais, que financiam as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas<sup>1</sup>.

Este material visa, ainda, apresentar informações sobre o Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, e sua parceria com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.

## SOBRE O INESC

No mundo em que vivemos, nada é mais urgente do que a luta por democracia e pela garantia de direitos humanos para todas e todos. Para isso acontecer, precisamos *melhorar processos democráticos, fortalecer cidadãos e movimentos populares e combater todas as formas de opressão, desigualdade e preconceito*. É nesse sentido que o Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc trabalha desde 1979.

O Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com sede em Brasília. Há 40 anos atua politicamente junto a organizações parceiras da sociedade civil e movimentos sociais para ter voz nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direitos humanos, sempre de olho no orçamento público. Acreditamos que entender e interpretar esse orçamento é peça fundamental para promover e fortalecer a cidadania, e garantir os direitos a todos cidadãos e cidadãs.

## NOSSA ATUAÇÃO

Nós do Inesc atuamos como facilitadores, colaborando para simplificar o entendimento do orçamento público. Preparamos jovens, adultos e lideranças de movimentos sociais para compreenderem esse importante instrumento de distribuição do dinheiro público e, a partir daí, fiscalizar e cobrar o poder público. Dessa maneira, eles podem exigir do Estado, de forma mais qualificada, o respeito aos seus direitos fundamentais.

Também produzimos e divulgamos informações e análises para enriquecer o debate público, promovemos campanhas de sensibilização e engajamento, e atuamos junto aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para defender posições políticas de defesa da democracia e dos direitos humanos.

## MISSÃO INSTITUCIONAL

Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o cidadão e a cidadã, a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade.

## ATUAÇÃO NO TEMA DOS DIREITOS DOS/DAS QUILOMBOLAS

*Podem ser destacadas as seguintes ações do Inesc para apoio à causa quilombola<sup>2</sup> :*

- 1** Orçamento Temático da Igualdade Racial e Orçamento Temático Socioambiental: estudos sobre o orçamento destinado às políticas públicas de âmbito nacional voltadas para promoção de direitos das comunidades quilombolas; e análises sobre a violação de direitos dos quilombolas resultantes de incentivos fiscais para grandes projetos energéticos.
- 2** Formação Conaq: realização de duas oficinas de formação sobre orçamento e direitos com lideranças da Conaq, em Brasília (2014 e 2018);
- 3** Formação de adolescentes e jovens: por meio do Projeto Onda – Adolescentes em Movimento por Direitos, o Inesc desenvolve atividade no Quilombo Mesquita, localizado em Cidade Ocidental, Goiás;
- 4** Incidência no Parlamento: em 2014, o Inesc incidiu, em parceria com outras organizações e a Conaq, para suspender a cobrança indevida do Imposto Territorial Rural -ITR de comunidades quilombolas, por meio da Medida Provisória N° 651/14<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Ressaltamos que os dados referentes ao ano corrente foram coletados em junho, podendo sofrer alterações até 31 de dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Para acessar os estudos, análises e informações acesse nosso site: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

<sup>3</sup> Para mais detalhes, acesse: <http://cpisp.org.br/quilombolas-deputados-aprovam-emenda-que-isenta-terras-quilombolas-do-itr/>

## ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A CONAQ

*\*Givania Silva, Coordenação Executiva.*

A Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT<sup>4</sup> (do direito à terra), e dos artigos 215 e 216 (que tratam do reconhecimento) das manifestações culturais dos quilombolas são marcos que sustentam parte da luta dos quilombos no Brasil.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq criada em 1996 após o I Encontro Nacional de Quilombos, que aconteceu em durante a Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, Desigualdade e pela Vida em Brasília em 1995. A Conaq é uma organização de âmbito nacional, formada por associações e federações estaduais, regionais, municipais. É uma organização representativa dos quilombolas do Brasil, sem fins lucrativos. Tem como uma de suas missões principais, representar e defender os direitos dos quilombolas e por isso tem enfrentado muitos problemas para enfrentar as manobras do racismo nas instituições, sobretudo. O trabalho de mobilizar, formar lideranças e por meio destas fazer os enfrentamentos, não tem sido uma tarefa fácil e tem exigido da Conaq, ampliar e fortalecer suas bases, formar novas lideranças e construir novas parcerias, bem como, ampliar

o debate sobre temas que antes não faziam parte da agenda da Conaq. O orçamento público é um deles.

É diante desse contexto que se articulou a primeira oficina: orçamento público e os direitos territoriais quilombolas em Brasília, no período de 25 a 29 de novembro de 2018 em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos Inesc para debater e conhecer com mais profundidade o orçamento público.

Participaram da oficina, lideranças jovens dos estados do Norte do Brasil e representantes da Coordenação Executiva da Conaq. A oficina teve como objetivo fortalecer a participação das lideranças jovens e qualificar a participação dos/as quilombolas nos debates sobre as políticas públicas com foco no orçamento público. O debate sobre as políticas públicas para os quilombolas tem sido uma necessidade e ao mesmo tempo um tema emergente. E é por meio da atuação e expertise do Inesc em orçamento e direitos humanos que a parceria vem se consolidando como uma estratégia de atuação e incidência mais efetiva dos/as quilombolas no controle social das políticas públicas, sobretudo, os jovens. A oficina dos dias 26 a 29/11/2018, que se dividiu em dois momentos:



O primeiro momento foi de estudo sobre orçamento público, sua estrutura e os desafios para o monitoramento;



O segundo momento é para fortalecer a participação e incidência dos quilombolas na elaboração e aplicação dos orçamentos públicos nos três níveis governamentais, União, Estados e Municípios em benefício de suas comunidades, municípios e Estados. Nos momentos de incidências foram realizados agenda com o Ministério Público no Quilombo de Mesquita, Cidade Ocidental/GO; na Câmara dos Deputados para discutir o orçamento para as políticas quilombolas no contexto dos 30 anos da CF/88.

### A PARCERIA ENTRE A CONAQ E O INESC

A parceria entre a Conaq e o Inesc não começa com as oficinas do Norte e do Nordeste. Destacamos a ação mais recente, realização da oficina realizada em novembro de 2018 sobre orçamentos e direitos territoriais quilombolas. Dessa oficina e do diálogo da Conaq com o Inesc nasceu a continuidade das atividades de formação com foco no orçamento público. Por isso o processo de formação vai continuar e nessa etapa com duas oficinas: uma com representantes quilombola dos estados da Região Norte (PA, RO, TO, AP, AM) e outra com todos os estados do Nordeste do Brasil.

Estamos desafiados, Conaq e Inesc a debater e construir estratégias para a atuação das lideranças quilombolas junto aos conselhos e órgãos públicos para a efetivação dos orçamentos em benefício das políticas públicas para os quilombolas visando garantir qualidade de vida e sustentabilidade nos territórios quilombolas.

### CONHECENDO OS DADOS DOS QUILOMBOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

As lideranças que irão participar da oficina são oriundas de 05 estados da federação (PA, RO, TO, AP, AM). Os participantes são jovens e está assegurada a paridade de gênero, com o objetivo de ampliar o debate e empoderar a participação qualificada das mulheres quilombolas nos espaços de controle social e de elaboração de políticas públicas.

Uma das questões importantes e que precisa ser pensada se refere aos dados dos quilombos no Brasil. Há uma expectativa de que o censo de 2020 retrate-os pela primeira vez. Não se sabe ao certo quantos são. Por isso trabalha-se com duas possibilidades de dados; os quilombos

<sup>4</sup> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

certificados pela Fundação Cultural Palmares e os quilombos identificados e que ainda não foram certificados. Podemos observar os dados na tabela 1, ressaltando que Acre e Roraima ainda não tiveram comunidades quilombolas certificadas, o que não quer dizer que não existam. O censo agropecuário publicado em 2018, registrou empreendimentos quilombolas em todos os estados do Brasil, inclusive Acre e Roraima. É importante observar os dados de forma crítica em relação a regularização dos territórios e das demais políticas públicas.

**TABELA 1**  
**NÚMERO DE QUILOMBOS SEGUNDO**  
**DIVERSAS FONTES OFICIAIS**

ESTADO	QUILOMBOS CERTIFICADOS	PROCESSOS ABERTOS NO INCRA	PROCESSOS ABERTOS NO INCRA	QUILOMBOS TITULADOS	TÍTULO DO ESTADO	TITULO DOS OUTROS ÓRGÃOS
AMAPÁ	40	33	07	01 INCRA	40	40
AMAZONAS	08	03	02	-	08	08
PARÁ	259	48	12(SANTARÉM) 09(BELÉM)	28 INCRA	259	259
RONDÔNIA	08	07	04	02 INCRA	08	08
TOCANTINS	45	33	06	-	45	45

Fonte: INCRA  
Elaboração: CONAQ

## **ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA DOS QUILOMBOLAS**

A formação se dará em três momentos:



Dois dias integrais de oficina, mediado pela equipe técnica do Inesc, onde exigirá concentração de todas e todos os/as participantes;



Incidência: os jovens deverão ser estimulados a acompanhar e monitorar os orçamentos respectivos, nos seus estados e municípios, compreendendo como se elaboram e efetivam as políticas públicas para os quilombolas em tempos de cortes e ameaças aos direitos sociais;



Participação de uma oficina nacional em Brasília, juntamente com jovens indígenas que em dias diferentes também fizeram a formação para troca de experiência e avaliação dos desdobramentos das oficinas regionais. Ainda nesse momento deverão coletivamente, indígenas e quilombolas, realizarem atividades de incidência em nível nacional.

## **ANOTAÇÕES**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO NACIONAL

As políticas públicas voltadas para os territórios quilombolas no Brasil devem materializar os direitos conquistados, fruto da resistência destas comunidades e da luta dos movimentos sociais. Os direitos dos quilombolas estão previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente o Artigo 5º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina o Decreto 4887/03, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68.

Além da regularização fundiária, outras políticas públicas passam a ser desenhadas considerando a realidade destes territórios, como a busca ativa para o Cadastro Único (que possibilita a inserção no Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, entre outros benefícios), a criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) específicos para quilombolas, o aumento do per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o Governo Federal, comandado por Michel Temer, passou a implementar uma política de austeridade fiscal onde a garantia de direitos passou a ser ameaçada, principalmente pela Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto de Gastos, que congelou os gastos sociais do orçamento público por 20 anos no Brasil. Isso significa, na prática, ausência de investimentos em educação superior, segurança alimentar, acesso a medicamentos entre outros.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, os direitos dos trabalhadores, dos pobres, das mulheres, dos LGBTIs, de indígenas e quilombolas passaram a ser ainda mais ameaçados. Os cortes orçamentários atingem todas as políticas públicas que chegam aos territórios, como educação, saúde, renda, assistência técnica, fomento à agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, acesso ao crédito, entre muitas outras.

A seguir, alguns exemplos da evolução do orçamento autorizado e executado, tanto em nível nacional, como estadual para incrementar o nosso debate. Todos os dados foram obtidos em portais oficiais dos governos, que têm obrigação, por lei<sup>5</sup>, de disponibilizar as informações aos cidadãos.



## EXEMPLOS DO ORÇAMENTO NACIONAL PARA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS QUILOMBOLAS<sup>6</sup>

TABELA 2

### PROGRAMA 2034 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

(REAIS CORRENTES)

	2016	2017	2018	2019 (ATÉ JUNHO)
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>51.415.392,02</b>	<b>27.217.934,96</b>	<b>36.477.904,09</b>	<b>15.495.841,75</b>
<b>RECURSO AUTORIZADO</b>	<b>45.597.918,72</b>	<b>22.246.935,71</b>	<b>34.152.250,32</b>	<b>15.495.841,75</b>
<b>PAGO</b>	<b>9.112.075,46</b>	<b>4.745.960,20</b>	<b>20.997.732,74</b>	<b>340.933,62</b>
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>26.537.652,00</b>	<b>6.841.182,74</b>	<b>6.596.396,37</b>	<b>1.549.172,87</b>
<b>TOTAL EXECUTADO PAGO + RPP</b>	<b>35.649.727,46</b>	<b>11.587.142,94</b>	<b>27.594.129,11</b>	<b>1.890.106,49</b>

\*Órgãos responsáveis: SEPPIR, MDA, Presidência da República.

TABELA 3

### AÇÕES DO PROGRAMA 2034

<b>210H</b>	<b>FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>
<b>210Y</b>	<b>APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>
<b>210Z</b>	<b>RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS</b>
<b>213Q</b>	<b>FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>
<b>214D</b>	<b>ATENDIMENTO A PESSOAS VÍTIMAS DE PRECONCEITO RACIAL - DISQUE IGUALDADE RACIAL</b>
<b>6440</b>	<b>FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>

<sup>5</sup> Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011.

<sup>6</sup> Primeiro, vamos entender o que são classificações orçamentárias, nas páginas 69 a 72 da cartilha Orçamento e Direitos.

TABELA 4

**EXECUÇÃO 2016- 2019  
PROGRAMA 2034**
**AÇÃO 210Y - APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

ANO	UO (AJUSTADA)	DOTAÇÃO INICIAL (IPCA)	AUTORIZADO (IPCA)	PAGO (IPCA)	RP PAGO (IPCA)
2016	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.846.089,83	1.494.303,35	0,00	0,00
2017	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	301.598,62
2017	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD	1.379.846,78	1.132.015,33	0,00	0,00
2017	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD	0,00	0,00	0,00	0,00


**ANOTAÇÕES**


---



---



---



---



---



TABELA 5

**EXECUÇÃO 2016- 2019  
PROGRAMA 2034**

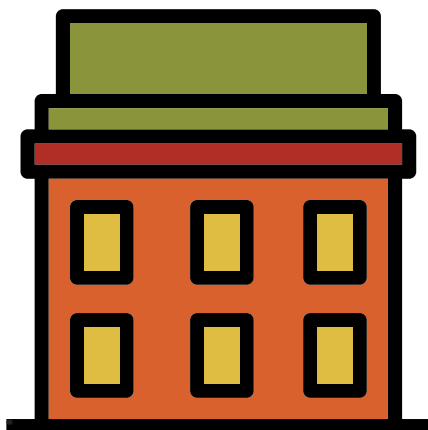
<b>AÇÃO 210Z - RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS</b>						
<b>ANO</b>	<b>ÓRGÃO SUPERIOR (UO) DESP</b>	<b>UO (AJUSTADA)</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL (IPCA)</b>	<b>AUTORIZADO (IPCA)</b>	<b>PAGO (IPCA)</b>	<b>RP PAGO (IPCA)</b>
2016	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	16.002.147,91
2016	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	9.170.291,23	9.170.291,23	6.572.380,09	0,00
2017	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	511.468,38
2017	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	364.740,03
2017	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	4.459.124,71	5.341.824,09	3.867.089,59	0,00
2018	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	422.360,83
2018	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	227.429,03
2018	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	3.008.559,57	6.572.754,48	1.840.677,02	922.209,82
2018	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	3.487.851,85	14.931,66	0,00	489.986,41
2019	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	0,00	3.472.920,19	74.603,76	0,00

## EXECUÇÃO 2016- 2019 / PROGRAMA 2034

## AÇÃO 6040 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

ANO	ÓRGÃO SUPERIOR (UO) DESP	UO (AJUSTADA)	DOTAÇÃO INICIAL (IPCA)	AUTORIZADO (IPCA)	PAGO (IPCA)	RP PAGO (IPCA)
2016	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.904.766,09	7.904.766,09	325.463,36	0,00
2016	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	4.799.381,48
2016	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.596.473,37	3.726.110,03	344.715,71	0,00
2017	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	1.552.410,09
2017	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	105.351,56
2017	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	1.391.519,87
2018	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	328.422,42
2018	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.507.549,61	8.244.624,44	7.396.540,22	0,00
2018	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.464.333,11	3.464.333,11	45.166,93	6.984,45
2019	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	127.043,76
2019	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

**E A SEPPIR ESTÁ  
FICANDO CADA VEZ  
MENOR...**



**A SECRETARIA DE  
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO  
DA IGUALDADE  
RACIAL (SEPPIR)  
FOI CRIADA**

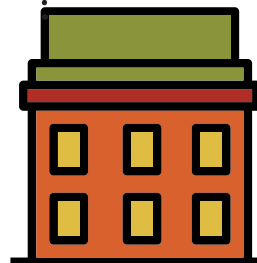
**PELO GOVERNO LULA EM MARÇO DE 2003**

**COM O OBJETIVO DE PROMOVER A IGUALDADE  
E A PROTEÇÃO DE GRUPOS RACIAIS E ÉTNICOS  
AFETADOS POR DISCRIMINAÇÃO E DEMAIS  
FORMAS DE INTOLERÂNCIA, COM ÊNFASE NA  
POPULAÇÃO NEGRA**

**EM OUTUBRO DE 2015**

**A SEPPIR FOI INCORPORADA  
AO MINISTÉRIO DAS MULHERES,  
DA IGUALDADE RACIAL E DOS  
DIREITOS HUMANOS**

**UNINDO A SECRETARIA DE POLÍTICAS  
DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL, A SECRETARIA DE DIREITOS  
HUMANOS, E A SECRETARIA DE  
POLÍTICAS PARA AS MULHERES.**



**EM 2019, NO GOVERNO BOLSONARO,**

**A SEPPIR É AINDA MAIS  
REDUZIDA EM PESSOAL E  
ORÇAMENTO**

**E PASSA A INCORPORAR  
O MINISTÉRIO DA MULHER,  
DA FAMÍLIA E DOS  
DIREITOS HUMANOS.**

TABELA 7

**PROGRAMA 2012  
FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

(REAIS CORRENTES)

	2016	2017	2018	2019 (ATÉ JUNHO)
DOTAÇÃO INICIAL	8.432.713.596,52	10.616.209.016,92	6.106.005.723,56	4.709.905.585,19
RECURSO AUTORIZADO	9.251.656.149,01	6.630.595.930,97	4.474.097.265,93	4.709.905.585,19
PAGO	5.827.321.371,86	2.863.874.903,71	1.639.627.314,41	56.245.049,88
RESTOS A PAGAR PAGO	1.853.349.927,19	2.489.011.770,55	1.895.220.339,61	1.346.515.123,60
TOTAL EXECUTADO PAGO + RPP	7.680.671.299,05	5.352.886.674,26	3.534.847.654,02	1.402.760.173,48

\*Órgãos responsáveis: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Presidência da República, Ministério da Economia



TABELA 8  
**AÇÕES DO PROGRAMA 2012**

AÇÃO (COD) DESP

SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992)	00GW
SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427, DE 1992)	0281
CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GARANTIA - SAFRA (LEI Nº 10.420, DE 2002)	0359
FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001)	0A81
INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL	20GD
FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - AGF-AF	20GI
APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	20SY
APOIO À INTEGRAÇÃO E À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA REFORMA AGRÁRIA	20SZ
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR	2100
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA	2105
PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	210V
APOIO À ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE MULHERES RURAIS	210W
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS INDÍGENAS	2178
FOMENTO À PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS CADEIAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	2B54
GESTÃO DE RISCOS NO SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR	2C76
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES E SEUS EMPREENDIMENTOS	4260
FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGAÇÃO DE VALOR NA AGRICULTURA FAMILIAR	4280
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	4448
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA	4470
FOMENTO À PRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS E DE CONHECIMENTO APROPRIADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	8326
ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA MULHERES RURAIS	8332
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE TRABALHADORAS RURAIS	8400

Como não existem ações específicas que nomeiem os quilombolas, buscamos mais um nível de detalhamento, os Planos Orçamentários.

TABELA 9

**PROGRAMA 2012**  
**FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

ANO	AÇÃO AJUSTADA DESP	ÓRGÃO	PO (COD) DESP	DOTAÇÃO INICIAL (IPCA)	AUTORIZADO (IPCA)	PAGO (IPCA)	RP PAGO (IPCA)
2016	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	ASSITENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	194.661,29
2016	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	683.798,63
2016	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISÉRIA - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	5.870.857,83	1.073.060,62	0,00	0,00
2017	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	ASSITENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	1.414.601,25
2017	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	890.398,50
2017	ATER	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ SEAD	BRASIL SEM MISÉRIA - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	ATER	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ SEAD	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	2.563.020,05	1.290.458,09	0,00	0,00
2018	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	175.254,64
2018	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	537.823,88
2019	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	ATER	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	0,00	0,00	0,00	0,00

\*Ação: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR  
 \*SEAD: SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

## RESUMINDO...

**TABELA 10**  
**TOTAIS POR ANO**  
**RECURSOS PARA QUILOMBOLAS** (REAIS CORRENTES)

	AUTORIZADO (IPCA)	PAGO (IPCA)	RP PAGO (IPCA)
<b>2016</b>	<b>1.073.060,62</b>	<b>0,00</b>	<b>878.459,93</b>
<b>2017</b>	<b>1.290.458,09</b>	<b>0,00</b>	<b>2.304.999,75</b>
<b>2018</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>713.078,52</b>
<b>2019</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### ANOTAÇÕES

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

Selecionamos também o exemplo do Programa 2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO, pois trata-se do programa que abriga todas as ações da Fundação Cultural Palmares, que tem, entre outras atribuições:

#### SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES E DESCENTRALIZADOS

### ART. 28. AO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO COMPETE:

- I – planejar, coordenar e articular as atividades de proteção, preservação e promoção da identidade cultural das comunidades dos remanescentes dos quilombos;
- II – acompanhar projetos de intervenção em bens móveis e imóveis do patrimônio cultural afrobrasileiro com vistas a garantir a preservação de suas características culturais;
- III – proceder ao registro das declarações de autodefinição apresentadas pelas comunidades dos remanescentes dos quilombos e expedir a respectiva certidão;
- IV – apoiar e articular ações culturais, sociais e econômicas com vistas à sustentabilidade das comunidades dos remanescentes dos quilombos;
- V – assistir e acompanhar as ações de regularização fundiária das comunidades dos quilombos certificadas;
- VI – propor e apoiar atividades que assegurem a assistência jurídica às comunidades dos remanescentes dos quilombos, com o apoio jurídico da Procuradoria Federal, nos termos do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
- VII – assessorar os órgãos da Defensoria Pública, na defesa dos interesses das comunidades dos remanescentes dos quilombos;
- VIII – instruir processos para fins de registro ou tombamento das comunidades remanescentes dos quilombos; e
- IX – propor e apoiar atividades que assegurem a sustentabilidade e a proteção dos espaços culturais das religiões de matriz africana.

Também não encontramos nenhuma ação orçamentária que mencionasse o público quilombola, e então checamos os POs. Encontramos 2 POs:

### ASSISTÊNCIA JURÍDICA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DE TERREIROS

TABELA 11

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA 2027

(REAIS CORRENTES)

ANO	DOTAÇÃO INICIAL (IPCA)	AUTORIZADO (IPCA)	PAGO (IPCA)	RP PAGO (IPCA)	AUTORIZADO QUILOMBOLAS	PAGO + RPP QUILOMBOLAS
2016	1.577.004.396,95	1.721.476.748,42	274.155.725,50	1.188.970.377,75	738.566,55	386.150,68
2017	1.645.634.380,35	1.486.682.991,28	318.174.585,73	894.521.711,29	457.022,58	440.152,95
2018	1.309.326.135,36	1.348.195.159,91	321.659.601,20	898.259.636,34	433.564,16	386.647,88
2019	1.285.530.397,84	1.286.384.067,84	45.378.170,77	258.693.227,89	725.871,53	47.519,50



A Bolsa permanência é importante para que os universitários quilombolas possam de fato acessar o seu direito à educação superior. A concessão de bolsa permanência nas universidades teve contingenciamento de 100% do autorizado. O governo já havia enviado orçamento zerado para esta ação, contudo, houve um esforço no Congresso de se fazer emenda do relator e de comissão para garantir a permanência de indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda nas universidades, que teve todo o recurso suspenso. Como este é um gasto necessário todos os meses, na prática as bolsas não atenderão ao seu público. O próprio portal do MEC diz que o programa foi instituído para minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir com a permanência e diplomação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O fato de não se destinar recursos para a ação, é sinal de que as desigualdades vão se ampliar e isso não é preocupação dessa gestão.

TABELA 12

#### BOLSA PERMANÊNCIA

(REAIS CORRENTES)

FUNÇÃO	ÓRGÃO	AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO	CONTINGENCIAMENTO	PORCENTAGEM CONTINGENCIADA
12 - EDUCAÇÃO	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0A12 - CONCESSAO DE BOLSAPERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR	EREL - EMENDA DE RELATOR	EREL - EMENDA DE RELATOR	EREL - EMENDA DE RELATOR	EREL - EMENDA DE RELATOR
12 - EDUCAÇÃO	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0A12 - CONCESSAO DE BOLSAPERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR	ECOM - EMENDA DE COMISSAO	ECOM - EMENDA DE COMISSAO	ECOM - EMENDA DE COMISSAO	ECOM - EMENDA DE COMISSAO

# POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO POR ESTADO

## INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS ESTADOS DO AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, TOCANTINS:

Público: Quilombolas

### AMAPÁ

Portal de transparência do governo estadual: <http://www.transparencia.ap.gov.br>



#### 1 PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016/2019

Programas afins:

**0023** Promoção e proteção de direitos humanos

**0025** Segurança alimentar e nutricional

**0033** Produção de alimentos

**0049** Amapá terra legal

**0064** Amapá Afro



#### 2 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

As informações por programa não estão disponíveis, além do que, aqueles explicitados no PPA não correspondem aos da LOA. No gráfico abaixo temos um exemplo de como conseguimos ver a execução orçamentária. São dados do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento territorial de 2016 e 2017:

Estas são as informações encontradas no Portal da transparência, sobre a execução orçamentária. Conseguimos fazer as pesquisas por órgão, mas não por programa. E o detalhamento não nos mostra com o que foi gasto de fato. Chega-se às notas fiscais, mas não conseguimos ver quais os beneficiários, local, política.



#### 2016

Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Valor empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
1 DIÁRIAS - CIVIL	20.235,80	20.235,80	20.235,80
2 MATERIAL DE CONSUMO	216.516,10	216.516,10	216.516,10
3 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00	15.000,00	1.830,87
4 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	677.422,67	677.422,67	677.422,67
5 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	254.234,91	254.234,91	146.100,15
6 SENTENÇAS JUDICIAIS	17.599,92	17.599,92	17.599,92
7 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.578,84	20.578,84	20.578,84
8 OBRAS E INSTALAÇÕES	70.100,49	70.100,49	70.100,49
Total	R\$ 1.291.688,73	R\$ 1.291.688,73	R\$ 1.170.384,84

#### 2017

Instituto de Meio Ambiente e ordenamento territorial	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
1 DIÁRIAS - CIVIL	273.419,87	273.419,87	273.419,87
2 MATERIAL DE CONSUMO	278.407,27	246.192,47	246.192,47
3 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.618,28	19.618,28	19.618,28
4 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.165,00	25.165,00	25.165,00
5 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	544.937,82	544.935,79	533.600,31
6 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	386.677,38	386.128,79	377.802,01
7 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.262,43	11.552,05	10.980,33
total	R\$ 1.541.488,05	R\$ 1.507.012,25	R\$ 1.486.778,27





### LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

<http://www.esic.ap.gov.br>

Outro caminho para obter informações é por meio da Lei de Acesso à Informação, no entanto, no caso do Amapá, não foi possível pois há uma mensagem dizendo que a página está em manutenção.

#### AVISO: PORTAL ESIC EM MANUTENÇÃO

Com relação ao relatório de execução orçamentária, também não está disponível, apesar de existir o caminho no portal de transparência. Quando acionado, parece a seguinte mensagem:

Ocorreu um problema ao fazer a consulta.

Tente novamente em alguns minutos.

tentar novamente agora [voltar a página inicial](#)

## AMAZONAS

Portal de transparência do governo estadual: <http://www.transparencia.am.gov.br/>



### PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016/2019

No portal do estado do Amazonas a forma de disposição das informações é dinâmica. Podem ser encontradas aqui:

<http://www.transparencia.am.gov.br/programas-e-acoas/monitoramento/>

Programas em destaque:

**3127** Regularização fundiária

**3247** Promoção e defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

**3277** Terra produtiva

Ao clicar no programa, abre-se uma tela com as seguintes informações:

Desta forma, conseguimos ver quais as ações terão o programa e a que ele se destina.

#### PROGRAMA (FINALÍSTICO - SETORIAL)

**UO RESPONSÁVEL**  
**19101 - SPF**

[Dados Gerais](#)

[Indicadores](#)

[Execução](#)

[Fontes de Financiamento](#)

#### OBJETIVO DO PROGRAMA

Planejar, monitorar e avaliar a implementação da política de gestão territorial; criar assentamento e promover a regularização fundiária.

#### PÚBLICO ALVO

Administração pública e parceiros de programas e projetos de desenvolvimento territorial; famílias carentes e/ou sob risco social; ocupantes de terras públicas ou privadas em geral.

#### ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Integração sistemática e permanente do Sistema, desde o planejamento até o monitoramento, com mecanismos periódicos de avaliação e controle; Articulação com outras instituições estaduais e federais de política fundiária, ambiental e indígena para formalização de acordos para resgate, sistematização e georreferenciamento dos imóveis rurais, unidades de conservação e terras indígenas, por município e área programa; Identificação, comprovação e aperfeiçoamento de informações de terras públicas e privadas, unidades de conservação e terras indígenas através de georreferenciamento eplotação em base cartográficas adequadas; Articulação e formalização de acordo com o Poder Judiciário para acesso sistemático às informações fundiárias de cartórios municipais; Estabelecimento de parcerias estruturantes com prefeituras e desenvolvimento de capacidade operacional municipal, mediante capacitação e assessoramento dos recursos humanos locais; Articulação e formalização de parceria com instituição especializada para recepção e transmissão de informações de dados cadastrais de georreferenciamento de imóveis urbanos e rurais; Coordenação de sistema municipalizado de cadastramento comprobatório por georreferenciamento de imóveis rurais em processos de regularização fundiária; Assentamento de família sem teto, sob risco social em áreas de risco; Implementação de medidas para a Regularização Fundiária de áreas urbanas públicas ocupadas; Articulação e transferência de áreas urbanas federais para o Estado e municípios procederem à Regularização; Identificação, localização e sistematização de informações de estrutura fundiária.



## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

<http://www.transparencia.am.gov.br/despesas/>

Com relação à execução orçamentária, ou a LOA propriamente dita, não conseguimos chegar ao nível de detalhamento por programa, mas apenas por função, conforme observamos na tabela abaixo com dados de 2016.

Função	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago	A Pagar
<b>Total:</b>	16.054.234.000,00	17.774.354.894,18	14.997.260.040,99	14.525.065.314,54	14.210.302.422,95	490.879.520,48	173.268.941,90
01-Legislativa	476.635.000,00	473.766.204,40	456.059.732,23	446.283.610,88	432.578.666,24	18.347.408,82	241.207,95
02-Judiciária	601.559.000,00	649.187.970,39	586.554.102,18	580.707.712,50	580.707.712,50	4.676.387,27	14.167.298,32
03-Essencial à Justiça	282.751.000,00	297.276.482,36	273.827.747,50	271.312.260,54	241.495.417,49	3.140.358,07	104.296.839,33
04-Administração	686.741.512,00	758.563.193,18	672.080.360,01	664.049.890,00	650.661.079,34	19.191.050,83	136.808,55
06-Segurança Pública	1.587.738.000,00	1.616.426.989,26	1.567.595.962,48	1.562.425.632,02	1.534.729.014,04	44.175.928,56	214.406,72
08-Assistência Social	113.613.000,00	98.964.680,36	92.164.297,42	90.284.219,67	85.957.830,45	2.770.478,17	529.928,41
09-Previdência Social	1.292.489.000,00	1.637.937.789,04	1.476.811.299,45	1.475.064.999,76	1.475.043.213,14	761.526,59	1.141,07
10-Saúde	2.196.647.000,00	2.892.680.711,86	2.805.337.387,70	2.651.584.388,64	2.576.091.648,25	117.046.564,35	34.575.523,05
11-Trabalho	13.591.000,00	14.553.231,41	7.371.685,30	7.312.903,69	7.010.512,72	1.059.644,80	55.427,08
12-Educação	2.902.366.000,00	2.908.132.868,67	2.460.325.736,52	2.271.421.363,38	2.195.619.289,38	194.353.969,25	14.623.306,55
13-Cultura	125.640.000,00	101.987.272,24	96.790.097,07	96.350.689,17	88.204.966,78	4.724.665,64	29.048,40
14-Direitos da Cidadania	368.978.000,00	601.998.686,30	561.264.748,03	550.805.894,07	524.665.408,32	4.912.924,93	653.432,74
15-Urbanismo	506.512.488,00	703.912.251,27	377.113.453,58	328.498.595,31	322.328.147,90	14.321.269,10	134.723,70
16-Habituação	55.658.000,00	55.942.280,86	26.656.096,70	25.336.607,64	25.190.695,37	1.023.315,19	672.552,71
17-Saneamento	222.683.000,00	233.091.571,92	106.385.663,50	99.912.650,68	97.703.428,77	5.946.672,26	822.716,83
18-Gestão Ambiental	59.086.000,00	73.004.293,77	43.330.414,00	42.685.724,96	42.247.957,06	2.350.448,37	80.645,99
19-Ciência e Tecnologia	107.502.000,00	86.114.407,90	59.967.380,12	59.615.828,57	58.920.814,03	2.023.024,43	652.789,40
20-Agricultura	114.234.000,00	158.366.297,04	136.844.716,27	132.919.012,11	129.847.343,62	9.314.274,97	582.250,79
21-Organização Agrária	18.261.000,00	46.287.228,03	40.020.813,10	39.598.443,56	36.327.095,27	393.767,31	34.340,32
23-Comércio e Serviços	39.166.000,00	39.668.751,38	32.326.704,25	29.113.171,05	28.897.052,02	468.340,94	31.926,07
24-Comunicações	81.375.000,00	92.426.360,70	83.963.862,19	81.095.507,32	80.849.046,64	6.222.843,60	0
26-Transporte	173.950.000,00	219.388.275,30	87.347.179,08	73.034.047,16	71.720.777,30	11.342.041,44	646.286,92
27-Desporto e Lazer	39.012.000,00	43.642.163,61	38.546.149,12	37.077.708,67	36.451.730,36	2.732.598,89	86.341,00
28-Encargos Especiais	3.344.404.000,00	3.581.385.579,15	2.908.574.453,19	2.908.574.453,19	2.887.053.575,96	19.580.016,70	0
99-Reserva de Contingência	643.642.000,00	389.649.353,78	0	0	0	0	0

### A EXECUÇÃO DO ANO CORRENTE (2019), É POSSÍVEL MONITORAR AQUI:

Acesse <http://www.transparencia.am.gov.br/programas-e-acoas/>

Depois clique em monitoramento:

<http://www.transparencia.am.gov.br/programas-e-acoas/monitoramento/>

E chegamos em uma lista de programas, sobre os quais podemos clicar e ver como está a execução.

Quando clicamos na execução, abre-se a seguinte tela:

3127- Regularização Fundiária			Autorizado(A)	Empenhado	Liquidado(B)	Pago	% Execução (B/A)
			2.725.000,00	617.974,65	363.924,59	333.716,37	13,35
Código	Ação	Programado	Autorizado(A)	Empenhado	Liquidado(B)	Pago	% Execução (B/A)
2229	Desenvolvimento de Ações Fundiárias	1.769.000,00	2.719.000,00	617.974,65	363.924,59	333.716,37	13,38
2230	Desapropriação de Imóveis para Fins de Assentamento	4.000,00	4.000,00				
2580	Desapropriação de Imóveis para Fins de Moradia	2.000,00	2.000,00				

*Na tela visão programática, dentro do monitoramento, ainda é possível clicar em um sinal de +, no lado esquerdo da tabela, para acessar o detalhamento por ação, do programa.*



### LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

<http://www.transparencia.am.gov.br/aceso-a-informacao/>

Fizemos uma solicitação ao E-Sic- o detalhamento de todas as funções por programas e a execução orçamentária. Estamos aguardando resposta.

Prezado(a) Cleomar Manhas,

Sua solicitação de número **478/2019** foi cadastrada com sucesso.

Data prevista para resposta: 02/07/2019

Para acompanhar o andamento, acesse o sistema e-SIC no endereço: <https://acesoainformacao.am.gov.br/>.

### ANOTAÇÕES



# PARÁ

Portal de transparência: <http://www.transparencia.pa.gov.br/>

## 1 PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016/2019

<http://seplan.pa.gov.br/plano-plurianual-ppa>

Programas em destaque:

Cidadania e Direitos Humanos

Agricultura familiar

Meio Ambiente e ordenamento territorial

*O PPA aqui é um PDF e é importante ver as suas revisões, pois alguns programas de interesse tiveram recursos cortados.*

## 2 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Com relação aos anos anteriores do PPA a execução orçamentária não está disponível, apenas para o ano corrente. E quando selecionamos o programa vem uma tabela com todas as informações constantes na Funcional e Programática. Conforme tabela ao lado:

Sigla UG	Grupo Despesa	Nome Mod. Apl. Despesa	Elemento Despesa	Fonte Recurso	Função	Sub-Função	Programa	Projeto Atividade	UO	Dotação inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	A Pagar
ITERPA	INVESTIMENTOS	APLICACOES DIRETAS	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	MANUTENCAO DA GESTAO	OPERACIONALIZACAO DAS ACOES ADMINISTRATIVAS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	#####	#####	0	0	0	0
ITERPA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APLICACOES DIRETAS	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS PESSOAL CIVIL	RECURSOS ORDINARIOS	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	MANUTENCAO DA GESTAO	OPERACIONALIZACAO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	32.000,00	15.709,73	15.709,73	15.709,73	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	MANUTENCAO DA GESTAO	OPERACIONALIZACAO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	200.898,00	303.318,00	123.659,74	123.659,74	123.659,74	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	SERV. DE OPER. INTR. COM. - PESSOAS JURIDICAS	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GOVERNANCA PARA RESULTADOS	GESTAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	156.000,00	156.000,00	0	0	0	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	SERV. DE OPER. INTR. COM. - PESSOAS JURIDICAS	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GOVERNANCA PARA RESULTADOS	GESTAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	150.000,00	44.220,14	44.220,12	44.220,12	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	DIARIAS - CIVIL	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	GOVERNANCA PARA RESULTADOS	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS E HABILIDADES	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	432	0	0	0	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	DIARIAS - CIVIL	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	GOVERNANCA PARA RESULTADOS	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS E HABILIDADES	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	20.000,00	432	432	432	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	DE EXERCICIOS ANTERIORES	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	COMUNICACAO SOCIAL	GOVERNANCA PARA RESULTADOS	EDICAO E PUBLICACAO DE ATOS ADMINISTRATIVOS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	1.838,20	1.838,20	1.838,20	1.838,20	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	REFORMA AGRARIA	MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	REGULARIZACAO FUNDIARIA	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	956.700,81	3.965,00	3.965,00	3.965,00	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	INDENIZACOES E RESTITUICOES	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	REFORMA AGRARIA	MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	REGULARIZACAO FUNDIARIA	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	40.899,19	20.214,64	20.214,64	20.214,64	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	MANUTENCAO DA GESTAO	OPERACIONALIZACAO DAS ACOES ADMINISTRATIVAS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	#####	856.607,62	9.000,72	8.873,30	8.873,30	0
ITERPA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	APLICACOES DIRETAS	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	REC.PROP. DIRETAMENTE ARREC.PEL ADM.INDIRETA	ORGANIZACAO AGRARIA	ADMINISTRACAO GERAL	MANUTENCAO DA GESTAO	OPERACIONALIZACAO DAS ACOES ADMINISTRATIVAS	INSTITUTO DE TERRAS DO PARA	0	50.000,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	0

Ou seja, com relação ao PPA vigente, só conseguimos ver a execução do ano em vigor.

## 2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>

O serviço está disponível, basta fazer a inscrição e solicitar a informação. Eu me cadastrei, fiz um pedido e recebi o seguinte protocolo:

### SIC.PA Nº 1432/2019 - GABGOV (Casa Civil): Protocolo de Solicitação de Acesso à Informação

Senhor(a) Cleomar Manhas,

Confirmamos o recebimento de sua Solicitação de Acesso à Informação, conforme a seguir:

- **Número do seu protocolo:** SIC.PA Nº 1432/2019 - GABGOV (Casa Civil)
- **CPF:** 377.252.111-87
- **Data da Solicitação:** 06/06/2019
- **E-mail:** cleo@inesc.org.br
- **Órgão/Entidade:** GABGOV (Casa Civil)
- **Solicitação:**

*Todas as ações orçamentárias voltadas para os quilombolas*

## RONDÔNIA

Portal de transparência: <http://transparencia.ro.gov.br/>

### 1 PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016/2019

<http://bit.ly/ro-visualizar-arquivo>

Programas em destaque:

<b>2024</b>	Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>AÇÃO EM DESTAQUE 2019</b>	Promover Assistência técnica e Extensão Rural
<b>1234</b>	Proteção Ambiental
<b>AÇÃO EM DESTAQUE 1187</b>	Promover o Cadastro Ambiental Rural
<b>2037</b>	Desenvolvimento da Agricultura Familiar
<b>AÇÃO EM DESTAQUE 1081</b>	Promover a Sustentabilidade das Comunidades Tradicionais.

### 2 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2019

<http://bit.ly/loa-aprovada>

Ver na página 71 o que foi previsto para Comunidades tradicionais

<b>2037</b>	Desenvolvimento da Agricultura Familiar
<b>1081</b>	Desenvolver a Sustentabilidade das Comunidades Tradicionais.

INVESTIMENTO	TOTAL
<b>1.070.000</b>	<b>1.070.000</b>

Ver na página 77 o que foi previsto para a Extensão Rural, por exemplo:

<b>2024</b>	Fortalecimento Da Agricultura Familiar
<b>2019</b>	Promover Assistência Técnica E Extensão Rural

<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>INVESTIMENTO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2.468.900</b>	<b>102.000</b>	<b>2.570.900</b>

Garantir a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como a disponibilização de insumos, material, máquinas e equipamento apropriados ao processo produtivo dos Agricultores Familiares.

Atendimento a Agricultores familiares e Assentados (Unidade)

A execução orçamentária não está acessível.



### LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

<http://esic.cge.ro.gov.br/site/index.aspx>

Registramos pedido de informação da execução orçamentária dos programas identificados no PPA. Estamos aguardando a resposta.

Prezado(a) Senhor(a),

Seu pedido de informação foi processado com sucesso e recebeu o número de protocolo [01105.000579/2019-13](#).

Para obter detalhes do pedido de informação cadastrado, clique o cursor no número do protocolo informado anteriormente. Poderá ser exigido o usuário e senha para ter acesso ao sistema.

O seu pedido de informação deverá ser processado no prazo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no art. 11, § 1º, da Lei nº 12.527/2011, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, conforme dispõe o art. 11, § 2º, da referida Lei.

A situação do seu pedido poderá ser verificada, sempre que desejar, através da opção do menu do sistema "Consultar Pedido". No caso de indeferimento de acesso a informação, poderá ser interposto recurso no sistema no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 12.527/2011.

[Visite o sítio para obter maiores informações.](#)

Agradecemos o contato!

## TOCANTINS

Portal de transparência: <http://www.transparencia.to.gov.br>



### PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016/2019

<https://vimeo.com/141216510>

O PPA do Tocantins, apesar de ter o link no portal de transparência, não está disponível.



### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

**PROGRAMAS- SECRETARIA DE AGRICULTURA (VER P. 0054)**

**1147** Agricultura familiar

#### AÇÕES

**1064** Implementação Do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF (esta é uma ação orçamentária, para a qual não há recurso em 2019)

**2058** Fomento à Agricultura Familiar no Estado do Tocantins

**2070** Fortalecimento das Políticas Públicas de Agricultura Familiar

**606** Extensão Rural

**1147** Agricultura familiar

**4005** Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar - Compra Direta Local (para esta ação também não há recursos)

AÇÃO	0 / 2019			Até o Mês		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
<input type="checkbox"/>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL						

Encontramos a execução orçamentária aqui: <http://www.transparencia.to.gov.br/#!/despesas>



### LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

<https://www.cge.to.gov.br/acesso-a-informacao-no-estado/>

Solicitamos uma informação sobre a execução orçamentária e o protocolo vem da seguinte forma:

Sr(a) Cleomar Manhas,

Agradecemos seu contato e informamos que sua manifestação foi protocolada sob o nº

### **2019DEHDGT**

Sua manifestação será analisada e seu andamento poderá ser acompanhado por meio do site <http://www.gestao.cge.to.gov.br/ouvidoria/menuAcciona/#> ou pelo telefone 162, informando este número de protocolo.

O prazo máximo de resposta às manifestações são até 20 (vinte) dias corridos, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 05 (cinco) dias, nos casos devidamente justificados (Art. 14, §2º e §3º da Instrução Normativa CGE nº 03, de 16 de julho de 2014).

Informamos ainda que no caso de denúncia que envolva uma investigação mais apurada que necessite de envio a outras instâncias, de sindicância ou de ser diligenciada, este prazo fica suspenso até que esses procedimentos sejam finalizados para o envio da resposta final. (Art. 15 da Instrução Normativa CGE nº 03, de 16 de julho de 2014).

Atenciosamente,

Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção

### ANOTAÇÕES

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## EMENDAS PARLAMENTARES PROGRAMAS 2034 E 2012

(REAIS CORRENTES)

PROGRAMA	AUTOR	ESTADO	ANO	(UO) AJUSTADA	AÇÃO	VALOR APROVADO	EMPENHADO	PAGO
IGUALDADE RACIAL	ANDRÉ ABDON	AMAPA	2018	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	FOMENTO A ACOES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	165.000,00	161.114,00	-
IGUALDADE RACIAL	JANETE CAPIBERIBE	AMAPA	2018	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	RECONHECIMENTO E INDENIZACAO DE TERRITORIOS QUILOMBOLAS	500.000,00	432.222,74	222.987,45
IGUALDADE RACIAL	JANETE CAPIBERIBE	AMAPA	2016	MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO IGARAPÉ DO LAGO DO MARACÁ NO MUNICIPIO DE MAZAGÃO	-	-	295.160,00
IGUALDADE RACIAL	ARNALDO JORDY	PARÁ	2019	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	200.000,00	-	-
IGUALDADE RACIAL	BETO FARO	PARÁ	2019	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	200.000,00	-	-
AGRICULTURA FAMILIAR	EDMILSON RODRIGUES	PARÁ	2018	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD	PROMOCAO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CASAS FAMILIARES RURAIS	189.000,00	-	-
IGUALDADE RACIAL	JOAQUIM PASSARINHO	PARÁ	2019	MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	100.000,00	-	-
AGRICULTURA FAMILIAR	MARIANA CARVALHO	RONDONIA	2019	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	PROMOCAO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	200.000,00	-	-

Fonte: SIGA Brasil  
Elaboração própria